

## **A EDUCAÇÃO DO CAMPO E O PROJETO DAS NASCENTES NA ESCOLA ESTADUAL SÃO JOÃO NO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ.**

ADRIANE DE LIMA VILAS BOAS BARTZ<sup>1</sup>;

ANDREA KNABEM<sup>2</sup>.

### **RESUMO**

O Brasil por ser um dos maiores produtores de alimentos do mundo e ser um país agrícola e ainda busca a efetivação de uma educação voltada à escola do campo. A história relata a falta de políticas públicas e de uma educação do campo que favoreça ao aluno sua permanência no campo através da sustentabilidade. O trabalho foi baseado na pesquisa bibliográfica e de campo, analisando as experiências dos professores e os documentos como Projetos Políticos Pedagógicos e a Proposta Curricular da Escola Estadual São João, no município de Ubitatã, no mês de novembro. As reflexões fortaleceram o movimento de mobilização social da comunidade local, garantindo qualidade na permanência para os alunos do campo, priorizando as especificidades do currículo da escola do campo respeitando a cultura e o trabalho dos sujeitos que ali vivem.

**Palavras-chave:** Espaço de Conhecimento - Currículo – Sustentabilidade

---

<sup>1</sup> Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Goioerê, e-mail: dri\_bartz@hotmail.com

<sup>2</sup> Educador Orientador, UFPR Litoral.

## 1 CONTEXTO

Filha e neta de agricultores trabalhando com educação especial e ensino comum há 24 anos, casada com filho de agricultores, nascida no campo onde vivi boa parte de minha infância, cursando as séries iniciais em uma escola rural multiseriada, marcando deste modo uma relação estreita com o campo. Como em muitas famílias ainda hoje saem do campo em busca de educação para os filhos, a minha trajetória não foi diferente.

Em virtude do meu primeiro trabalho ainda aos dezesesseis anos na área de educação especial foi necessária a formação inicial em magistério, buscando após uma formação superior no curso de pedagogia, onde fui me envolvendo cada vez mais na educação, trabalhando no ano de 2010/2011 no Colégio Estadual Carlos Gomes ensino fundamental nas séries finais, médio e técnico.

Ao trabalhar com turmas no curso de formação de docentes, destaca-se uma das turmas com mais de 50% de alunas moradoras oriundas do campo e com interesse de atuar na comunidade de origem.

Esta turma chamou à atenção para a necessidade de formação diferenciada, surgindo na mesma época a oportunidade de realizar uma especialização em educação do campo pela UFPR pelo sistema EAD condizentes com as minhas necessidades do momento, para dar a eles suporte de como atuarem de forma mais adequada com a comunidade escolar do campo.

A educação do campo é voltada às crianças e jovens que lá residem, pois estes são sujeitos sócio-históricos, produtor e consumidor de cultura. Ao compreendê-las, entenderemos suas relações com a família, lazer, e o trabalho, os vínculos que se fazem na escola. As crianças e jovens são os protagonistas desta história, são sujeitos da história e de conhecimentos espontâneos que busca uma constante transformação.

Segundo CALDART (2004) apud PINHEIRO (2011, p.2):

Educação do campo e não mais educação rural ou educação para o meio rural. A proposta é pensar a educação do campo como processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores do campo gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de lutas de suas organizações

De acordo com MOLINA (2004), apud PINHEIRO (2011, p. 2):

Reitera que a educação do campo como novo paradigma, está sendo construída por diversos grupos sociais e universidades, rompem com o paradigma rural cuja referência é a do produtivismo, ou seja, o campo como lugar da produção de mercadorias e não como espaço de vida, o lugar da dialetização da cultura, do saber e da formação de identidades.

Desta forma, a Educação do Campo abrange ao mesmo tempo importância em movimento, enquanto unidade político-epistemológica, que se estrutura e recebe conteúdo no contexto histórico, que se configura e se incorpora na união das lutas de movimentos sociais, demonstrando e alterando as relações sociais, reivindicando e abrindo lugar para a concretização do direito à educação para todos.

Deste modo a educação é uma tática importante para a modificação da realidade dos homens e das mulheres do campo, em todas as suas dimensões. O estudo foi realizado no Município de Ubatã que está localizado na região Centro-Oeste do Paraná, com 21.214 habitantes com uma taxa anual de -1,40% de crescimento, sua riqueza é o solo, sendo de terra roxa e de boa fertilidade o que faz da agricultura a sua principal fonte de riqueza, produzindo em abundância: soja, milho (verão e segunda safra), trigo.

O município de Ubatã possui 8 (oito) escolas urbanas municipais e 5 (cinco) estaduais e mais 2 (duas) escolas estaduais do campo que utilizam o mesmo espaço físico com mais 2 (duas) escolas municipais, sendo que a Escola Estadual São João situado na comunidade do mesmo nome, localizada a 12 km ao sul da cidade de Ubatã. A base econômica da comunidade São João é essencialmente agrícola, (soja, milho, fumo) sendo que nos últimos dois anos a comunidade iniciou o investimento na pecuária e avicultura de corte.

Existe na comunidade a consciência da necessidade do fortalecimento do valor da educação do campo para manter as futuras gerações no campo. Em virtude desta consciência da comunidade esta escola passa pelo processo de adequação de sua proposta curricular voltada para o campo, estando o processo no Núcleo Regional de Goioerê aguardando aprovação, esta escola atende no ano de 2011, um total de 37 alunos no ensino fundamental nas séries finais.

A escola tem papel fundamental nessa comunidade, pois crianças, jovens e adultos que estudaram ou estudam, iniciam muito cedo o trabalho no campo com o cumprimento de suas tarefas, mais também o próprio fazer se torna o brincar: como colher fruta, jogar bola, recolher o gado, alimentar os animais, o trabalhar e o brincar andam juntos. Assim a escola contribui com a sociedade local, pois estruturam a educação formal com conteúdos voltados as necessidades da comunidade. De acordo com FREIRE (1987) apud PARANÁ (2006, p.38).

Não posso investigar o pensar dos outros, referindo ao mundo, se não penso. Mas não penso autenticamente, se os outros também não pensam. Simplesmente não pouso pensar pelos outros, nem para os outros. A investigação do pensar do povo não pode ser feita sem o povo, mas com ele, como sujeito de seu pensar. E se seu pensar é mágico ou ingênuo, será pensando o seu pensar, na ação, que ele mesmo se superará. E a superação não se faz no ato de consumir idéias, mas de produzi-las e de transformá-las na ação e na comunicação.

Deste modo o processo do dialogo entre toda comunidade escolar caracteriza saberes que favoreçam a construção do pensar e agir na produção da vida do campo. Estes saberes são transferidos historicamente de geração a geração e se efetiva em conhecimentos científicos na escola.

No contexto histórico, no ano de 1891 surgiram os primeiros textos referentes à educação no campo, estes enalteciam o abandono por parte dos dirigentes e a cultura escravista, de base fundiária no poder público e pela cultura européia. O Brasil por ser um dos maiores produtores de alimentos do mundo e ser um país agrícola ainda busca a efetivação de uma educação voltada à escola do campo.

Um dos problemas para a efetivação de uma educação do campo é a falta da contextualização do ambiente social onde esta localizada a instituição escolar, pois, sempre houve uma separação entre cidade e campo pela falta de políticas públicas que garantam uma igualdade nos direitos a uma educação de qualidade respeitando as diversidades históricas, sociais e culturais.

A exclusão histórica e a falta de políticas públicas e de uma educação do campo que favoreça ao aluno e sua permanência no campo através da sustentabilidade.

O Brasil sempre apresentou uma educação excludente desde seu descobrimento até o início do século XX, que favorecia a elite. Já que acreditava ser desnecessário que o povo (mulheres, índios, negros, trabalhadores rurais) aprendesse a ler e escrever.

Segundo as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2004, p.9).

Na verdade a introdução da educação rural no ordenamento jurídico brasileiro remete às primeiras décadas do século XX, incorporando no período, o intenso debate que se processava no seio da sociedade a respeito da importância da educação para conter o movimento migratório e elevar a produtividade no campo. A preocupação das diferentes forças econômicas, sociais e políticas com significativas alterações constatadas no comportamento migratório da população foram claramente registradas nos anais dos seminários e congressos rurais realizados naquele período.

Em 1923 ocorreu o 1º congresso da agricultura do nordeste brasileiro e a pauta destinava aos menores pobres das regiões rurais.

De acordo com as Diretrizes publicadas em 2004; A insatisfação dos setores intelectuais, massa popular, e cafeicultores expressaram a nova relação de forças que se instalou na sociedade, marcadas pelas idéias do movimento renovador da constituição de 1934 e culminou com as manifestas dos pioneiros.

Nesse período ocorreram varias reformas educacionais destacando-se de Francisco Campos que formulou estudos da instituição educacional brasileira pautaram sobre relações da sociedade com instituições de ensino.

“A Lei” nessa reforma assegurou o financiamento “a educação e a cultura”. O financiamento do atendimento escolar na zona rural.

Segundo as DIRETRIZES (2004, p. 12) art.156.

A União, os Estados e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos, na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos.

Parágrafo único. Para realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará, no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual.

A partir de 1930 é que a educação esboçou o primeiro modelo brasileiro de educação rural, mas a falta de estrutura desses trabalhadores acabou por fortalecer o latifúndio que iniciou com a colonização. Com o desenvolvimento industrial na década de 1950, aparece a necessidade de fundir os espaços, urbano e rural. Somente com o golpe militar em 1964 é que ocorreu uma nova definição sendo que ainda o analfabetismo no país desafia a elite dominante que acreditava que o Brasil deveria se tornar potencia.

A educação para a população rural acontecia através de projetos e campanhas, deixando de participar ativamente na sociedade. Reforçando que nunca houve uma política de educação no campo séria e efetiva, com planos de longo prazo, sempre relegada a segundo plano com projetos localizados.

Verificava-se que esse momento da história, a educação rural não era integrada ao trabalho. Com a promulgação da carta magna de 1988 ocorreu o marco da redemocratização do país. De acordo com o MEC (2002 p. 19) “Em geral, as constituições dos Estados abordam a escola no campo, determinando a adaptação dos currículos, dos calendários e de outros aspectos do ensino rural às necessidades e características dessas regiões”.

A década de 90 foi marcada pelo início de alguns movimentos sociais e sindicais que construíam políticas públicas para abranger a comunidade do campo, buscando a inclusão do ensino através da construção da proposta pedagógica das escolas no contexto real.

Neste período a LDB (9394/96) fortalecem a organização de trabalhadores de campo, efetivando as políticas públicas através das diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo, com o parecer nº. 36/2001 e a resolução 1/2002 do conselho nacional de educação. Isso fortaleceu o movimento de mobilização social garantindo qualidade na permanência para os povos do campo.

No contexto histórico que os povos do campo foram e sempre serão os que produzem alimentos para os povos de qualquer país industrializado, mesmo nas épocas em que o campo era visto como sinal de atraso. Com isso a necessidade de criar políticas públicas voltadas ao campo em especial a educação, um dos caminhos que fornecem subsídios voltados ao interesse sociocultural.

O conceito de educação do campo é amplo e complexo pode ser compreendido a partir de território como lugar marcado pelo humano. São lugares simbólicos permeados pela diversidade cultural, étnico e racial, pela multiplicidade de geração e recriação de saberes de conhecimentos que são organizados com as lógicas diferentes, de lutas, de mobilização social, de estratégias de sustentabilidade.

O termo educação do campo fundamenta-se na prática educativa que teve base nos movimentos sociais. Assim, os sujeitos sociais formam uma identidade que é interligada com a cultura por meio do trabalho.

A legislação existente na LDB de 1996 embasa uma nova forma para o ensino do campo, no aspecto organizacional, metodológico e curricular.

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Esse artigo da LDB não trás elementos claros e sustentáveis para a valorização da educação voltada ao campo, com programas estruturados para valorizar o homem do campo dando ênfase no seu valor dentro da sociedade

moderna. Pois, seu entendimento é amplo e não específico, deixando esta clareza de conteúdo para ser abordado dentro das diretrizes e ser especificado através das propostas curriculares existentes em cada escola de acordo com as necessidades locais e regionais.

Com a instituição das diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo em seu artigo primeiro cita a necessidade de constar no projeto dessas instituições, propostas voltadas ao campo.

No artigo segundo no parágrafo único, aborda que a escola do campo possui uma identidade própria que é entrelaçada ao contexto diário, baseado no conhecimento dos estudantes, respeitando um calendário próprio e se atualizando através de ciências e tecnologias em que os movimentos da sociedade ofertam, buscando uma melhor qualidade de vida para todos.

Assim, os artigos das diretrizes devem estar em constante revisão e sendo adequados, no artigo quinto contempla a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, econômico, gênero, geração e etnia.

Por sua vez no artigo sétimo o sistema de ensino é responsável pela regulamentação das estratégias específicas e pela flexibilização do calendário escolar, e no artigo décimo terceiro aborda que o sistema de ensino deve complementar a formação de professores para o exercício da docência nas escolas do campo e no décimo quarto artigo, relata sobre o financiamento da educação para as escolas do campo.

A educação do campo ocorre em todos os lugares, dentro e fora das escolas, essa educação também é transmitida pela história cultural dos envolvidos e todo esse conhecimento quando sistematizado se torna científico produzindo novos saberes.

Assim esse repasse de cultura garante a ação educativa do trabalho e é fixada através do projeto pedagógico da escola, nesse novo processo de construção de políticas públicas e de busca de uma identidade para os povos do campo,



esperam-se melhorias para condições de vida. As escolas do campo se norteiam através dos projetos políticos pedagógicos.

Segundo CALDART (2004:110)

Uma escola do campo não é final, um tipo diferente de escola, mais sim é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com suas lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito.

As escolas também seguem uma Proposta Pedagógica Curricular, porém a escola da cidade não distingue, ou não cria o real valor da escola do campo para os alunos que são oriundos do campo. E este acaba por formar pessoas que não tem a verdadeira noção do valor do campo. A partir da LDB ocorreu uma mobilização social e construíram-se as diretrizes para educação básica nas escolas do campo e fortalecendo o processo educativo e valorizando o campo com a sua cultura.

O currículo é um espaço de conhecimento que direciona a escola para transformar e construir novos conhecimentos. As escolas buscam organizar a proposta curricular juntamente com a comunidade escolar, priorizando as especificidades do currículo da escola do campo respeitando a cultura e o trabalho dos sujeitos que ali vivem.

Esse currículo deve fortalecer a identidade do trabalhador, para todas as crianças e adolescentes das escolas do campo valorizando a importância que o homem do campo tem dentro da estrutura social.

Segundo ARROYO (2010) “Os próprios saberes tem que estar redefinidos, tem que vincular-se às matrizes culturais do campo”. Assim o currículo está vinculado à realidade dos alunos quanto aos saberes científicos. Tornando a escola um local interativo, motivador, para aprendizagem de conteúdos referentes à educação do campo, já que o currículo é o resultado da organização do processo educativo.

currículo é uma coleção de sistemas de pensamentos que incorporam regras e padrões através dos quais a razão e a individualidade são construídas. As regras e padrões produzem tecnologias sociais cujas

consequências são reguladoras. A regulação envolve não apenas aquilo que é cognitivamente compreendido, mas também como a cognição produz sensibilidades, disposições e consciência no mundo social (POPKEWITZ, 2002 p. 194)

A educação do campo é educacional, cultural e social. É importante focar a escola como um todo, os programas, os currículos, as metodologias e a formação continuada que os professores poderão auxiliar na compreensão dos movimentos sociais e na formação de novos homens, é através dos processos educativos que ocorrem os movimentos sociais, mas a escola tem papel fundamental, interpretar esses processos. Segundo CALDART (2004. p. 94):

Nesta trajetória de tentar construir uma escola diferente, o que era (e continua sendo) um direito, passou a ser também um dever. Se queremos novas relações de produção no campo, se queremos um país mais justo e com mais dignidade para todos, então também precisamos preocupar-nos em transformar instituições históricas como a escola em lugares que ajudam os sujeitos destas transformações.

A escola do campo é definida pela vinculação com a realidade, garantindo a autonomia da escola, da comunidade e dos movimentos sociais. Segundo CALDART (2004, p. 150 e 151) "A educação do campo é exatamente a de educar este povo, estas pessoas que trabalham no campo, para que se articulem se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de um destino".

Além de ter uma visão da educação brasileira como um todo a educação do campo é vista por ARROYO (2005 p. 86) como um movimento que deve garantir os direitos de educação para todos que vivem no e do campo. Sendo crítico do sistema educativo vigente;

É urgente rever essa cultura e estrutura seletiva e perguntar: Que estrutura escolar dará conta de um projeto de educação básica do campo? A estrutura que tenha a mesma lógica do movimento social, que seja inclusiva, democrática, igualitária, que trate com respeito e dignidade as crianças, jovens e adultos do campo, que não aumente a exclusão dos que já são tão excluídos. Tarefa urgentíssima para a construção da educação básica do campo: criar estruturas escolares inclusivas.

A amizade entre a enxada e a caneta deve se concretizar para que todos ganhem, pois esta relação tem muito a produzir se realizarem um trabalho em

conjunto buscando o crescimento sustentável da cidade e do campo, o enfraquecimento de um é prejuízo para o outro, isto nos traz a luz que devemos valorizar a educação do campo de forma urgente.

## **2 DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA**

A Escola Estadual São João, construída no ano de 1982, seguindo o modelo do projeto padrão: 010, possui dois blocos, com área construída: 537,00 m<sup>2</sup> em um terreno de 4.065,62 m<sup>2</sup>, transformada em escola do campo em 2010, compartilha a estrutura física com a escola: João Bertoli, E M - Educação Infantil e Ensino Fundamental Séries Iniciais. (Imagens em anexo)

Foi realizada uma entrevista com a professora e diretora que é licenciada em matemática e ciências, e com o corpo docente da escola, todos com licenciatura nas suas áreas de atuação, as atividades educacionais são realizadas no período da tarde, ofertando o ensino fundamental nas series finais, atendendo quatro turmas com um total de trinta e sete alunos, localizada na comunidade com o mesmo nome, no município de Ubitatã, pertencente ao núcleo de Goioerê, no mês de novembro de 2010, sobre a inclusão da educação do campo no Projeto Político Pedagógico e na Proposta Curricular desta escola, sendo observado algumas alterações nos documentos para os professores atuarem com os alunos da escola do campo de acordo com as necessidades locais.

Os professores relataram as modificações no PPP, e na Proposta Curricular, sendo que o currículo é a expressão da construção da prática, esta tem a função socializadora e cultural, a instituição escolar oportuniza um currículo diferenciado onde os alunos no contra turno recebem informações através de projetos complementares. Os professores analisam os relatos que os alunos fazem, de suas vivências contribuindo na formação, transformação e autonomia dos alunos como sujeitos.

Observou-se que os professores agiram pedagogicamente através de processo coletivo, articulando com as famílias e a comunidade como um todo, transpondo para o cotidiano das salas de aula uma visão de mundo. Um exemplo interessante ocorre com o projeto Nossa Água que faz parte do programa Interágua da Cooperativa Integrada realizado na comunidade São João pelos técnicos da Cooperativa que visa à proteção das nascentes. Com este projeto é realizado um trabalho de conscientização dos alunos na escola da comunidade, sobre o valor da proteção das águas. (Imagens em anexo)

Com a aplicação deste projeto os professores paralelamente em seus conteúdos aprofundaram os conhecimentos científicos sobre o valor da proteção das águas, este trabalho na escola foi realizado de forma interdisciplinar, envolvendo a comunidade escolar.

Líderes da comunidade estão buscando parcerias constantemente para trazer formação e informação a todos, visando melhorar com isto a renda das famílias para que os mesmos consigam ter sustentabilidade no campo, sendo a escola uma das melhores parceiras, sendo um espaço de diálogo e propostas de ação.

A comunidade escolar relata que o objetivo é formar cidadãos críticos, participativos, que saibam viver em grupo, trabalhar em equipe, e que estejam realmente comprometidos, transformando a sociedade e tornando-a justa e igualitária para todos, valorizando o contexto em que vivem.

A prática pedagógica que se procura, depende também do nível de organização administrativa e técnico pedagógico. A participação da comunidade no Conselho Escolar que é um órgão colegiado que contribui com a efetivação da gestão democrática.

### 3 CONSIDERAÇÕES

A prática pedagógica da Escola do Campo vem contribuir com ações educativas dos alunos, professores e pais, favorecendo a comunidade através do movimento de ensinar e aprender na busca de enfrentamento da sustentabilidade local.

Parafraseando FREITAS (2003) a escola do campo proporciona fazer da escola um tempo de vida, e não de preparação para vida. Constitui admitir que os alunos construam a vida escolar mesclando experiências vividas com conhecimentos científicos.

Portanto o campo permite a relação das pessoas que vivem e sobrevivem do campo com sua própria produção, estas são comprometidas com a diversidade do trabalho e sua cultura, no entanto, o campo e a cidade são dois pólos de um sistema que se completam, que não podem se separar, articulando-se, completando-se e se alimentando reciprocamente.

### REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gozalez, et al. (Org). Por uma educação do Campo. 2ª ed. Vozes, Petrópolis, 2005.

CADERNO DA ESCOLA ITINERANTE – MST. Escola Itinerante do MST: História, Projeto e Experiências. Ano VIII- Nº 1 – Curitiba, 2008.

FREITAS, Luis Carlos. Ciclos, seriação e avaliação: confronto de lógicas. São Paulo: Moderna, 2003.

<http://www.educacao.escolas.ba.gov.br/node/12> educação do campo, 04/05/20011 as 22:10

[http://www.cefaprocaceres.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=194:educacao-do-e-no-campo&catid=14:artigos](http://www.cefaprocaceres.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=194:educacao-do-e-no-campo&catid=14:artigos) 22:13

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA – MEC. Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. SECAD, Brasília, 2004

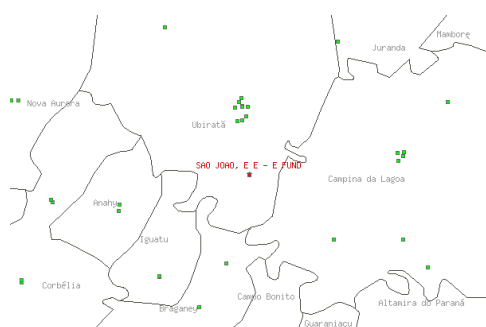
POPKEWITZ, T. História do Currículo, regulação social e poder. In: SILVA T.T da(Org.) O sujeito da educação 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

PINHEIRO Maria do Socorro Dias. <http://br.monografias.com/trabalhos915/educacao-campo-politicas/educacao-campo-politicas2.shtml> 05/05/2011 as 9:11.

SILVA, Irizelda Martins de Souza e; CECÍLIO, Maria Aparecida Políticas Públicas e Educação do e no Campo – Implicações no Compromisso da Universidade– Universidade Estadual de Maringá <http://red-ler.org/politicas-publicas-educacao-campo.pdf> 04/05/2011 as 23:37

UTFPR. Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos/ Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Comissão de Normalização de Trabalhos Acadêmicos. - Curitiba: UTFPR, 2008.

## ANEXOS



Localização da Escola Estadual São João no Município de Ubatã



Quadra Esportiva



Vista Lateral da Escola



Mata Ciliar e Mina Lacrada (Propriedade Família Trivilin)